

*Discurso na cerimônia de assinatura da  
medida provisória que altera a Lei de  
Incentivo à Cultura*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 24 DE SETEMBRO DE 1997

*Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Ministro Francisco Weffort, da Cultura; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Doutor Homero Santos; Senhora Presidente da Academia Brasileira de Letras, Nélida Piñon; Senhores Parlamentares; Senhores e Senhoras do meio artístico, enfim, toda essa gente que, aqui, nesta manhã, se reúne para emprestar solenidade a uma assinatura de uma medida provisória; Senhor Prefeito do Rio de Janeiro; Amigos todos que aqui se encontram,*

Creio, efetivamente, que o que o Ministro Weffort disse é algo significativo. Ele ressaltou a disposição de o Governo dar passos crescentes, no sentido de que nós tenhamos uma política cultural. Devo dizer que o Ministro Weffort tem se esmerado em me convencer – a mim é fácil – mas em convencer a parte tributária do Governo sobre a importância de certas decisões para que tenhamos a possibilidade de um renascimento da nossa cultura.

No cinema, isso já está ocorrendo. É uma lei antiga do audiovisual, que começou no governo do Presidente Itamar Franco, cujo efeitos se

fazem sentir, agora, com muita força. Eu próprio, apesar das limitações de tempo e de ser uma espécie de prisioneiro de luxo de dois palácios, tenho podido assistir, num deles, de vez em quando, a alguns filmes feitos por brasileiros, que são realmente notáveis e mostram a pujança da nossa cultura nesse domínio.

Mas acredito que nós precisamos caminhar muito ainda em outros setores da cultura. E, hoje, se dá um passo nessa direção. Eu me recordo de que, quando trabalhava no Congresso Nacional, no Senado, o então Secretário da Cultura, Rouanet, apresentou uma modificação à Lei Sarney. O Senador Sarney teve um papel muito construtivo naquele momento, quando o Embaixador Rouanet tentava modificar a Lei Sarney. Eu pude ajudá-los em vários encontros. E nós, lá no Senado, fizemos a Lei Sarney–Rouanet. Depois, na Câmara, ela voltou a ser mais burocratizada do que nós queríamos. E o Ministro Weffort, agora, está promovendo a desburocratização desses diplomas. E nós estamos assistindo aos efeitos desse esforço do Ministro Weffort. De modo que essa lei da cultura se chama Sarney–Rouanet–Weffort.

Acho que, efetivamente, o Brasil vai, crescentemente, tomando consciência da necessidade de que alguns instrumentos à disposição do Estado possam ser utilizados, para que tenhamos um meio artístico mais ativo, um meio cultural não mais criativo, mas que possa dar margem a que essa criatividade se consubstancie em realizações.

Eu acredito que isso é de importância crescente. Por quê? Porque todo o mundo fala de globalização – hoje, globalização virou “pau para toda obra” –, e não sabem muito bem do que estão falando. Nem sempre, pelo menos.

Neste mundo em que, por processos de desenvolvimento tecnológico e financeiro, existe, efetivamente, uma integração que supera, muitas vezes, a capacidade de controle de qualquer Estado nacional, ao contrário do que se possa imaginar, nós não estamos marchando para uma homogeneização geral das sociedades.

Tomara que possamos marchar para uma igualização, ou seja, que haja sociedades mais iguais, não umas tão ricas e outras menos ricas, e que, dentro de cada sociedade, não haja exclusão.

Todo esforço de construção da política econômica vai na direção de compatibilizar as tendências globalizadoras com a possibilidade de que elas sejam, ao mesmo tempo, integradoras.

Mas não nos iludamos. No mundo do futuro, há distinção. Aquilo que é peculiar vai contar mais do que o que é igual. E a cultura é um elemento essencial para isso. A identidade nacional, a possibilidade de nós nos sentirmos parte de uma comunidade nacional, vai depender menos do estilo material de vida – espero eu que possa ser igualado para cima – e vai depender mais das sensibilidades que se organizam através das artes e da cultura. Isso vai ser o elemento fundamental para o convívio dos povos, no mundo do futuro.

Então, nós não podemos deixar à margem algo que passa a ser essencial para a nossa visão de sociedade. Se sempre foi muito importante o mundo cultural, tanto nas suas manifestações eruditas quanto nas suas manifestações populares, agora ele passa a ser essencial para quem tem uma visão de nação, não apenas de Estado-Nação, mas de nação em que o Estado passa a ser, talvez, menos poderoso do que no passado e a nação passa a ser tão forte, ou mais, do que no passado, à condição de que ela seja capaz de se expressar de modo peculiar. É isso que nós estamos tentando fazer no Brasil, é a isso que estamos começando a dar condições – e não somos só nós. S seria pretensioso e errado imaginar que é o Governo quem faz, porque não é. O Governo pode participar.

Mas, hoje, nós assistimos à idéia de parceria por todos os lados: a empresa privada, o Governo, os trabalhadores autônomos, os artistas, isso tudo é uma espécie de caleidoscópio, com múltiplas formas de associação, que vão ser maiores ainda no futuro, mais diferenciadas ainda no futuro. Essa riqueza não pode ser perdida.

Já que nós estamos falando de riqueza cultural, de Brasil e de visão de futuro, é preciso também entender – agora, nós vamos completar os 500 anos – que é preciso que se dê a tudo isso um sentido ainda mais forte àquilo que é peculiarmente nosso, sem que isso venha, digamos, limitado por uma visão paroquial. Nós somos capazes disso.

Acho que, se há uma coisa que este país pode ter como contribuição, até universal, é que nós temos uma peculiaridade que pode não ser

paroquial. Eu digo sempre, e repito hoje, que nós somos o extremo Ocidente, não é isso? Há o extremo Oriente. Nós somos o extremo Ocidente, nós somos ocidentais. Agora, ocidentais com índio e com muito negro. Eu já expressei isso, outro dia, na frente do Weffort: Eu sou cartesiano, mas tenho uma pitada de candomblé, porque isso é o Brasil, é o Brasil. Temos que entender que o Brasil tem essa riqueza. E não é só a diversidade biológica que é rica, não. Temos uma diversidade cultural muito rica, que tem que ser multiplicada, expandida, mantida. E são os produtores de cultura, que são capazes – produtores no sentido amplo, tanto os organizadores quanto os que têm criatividade, quanto os que repetem – e que têm essa capacidade de utilizar esse enorme potencial que nós temos, como povo, de produzir alguma coisa única, porque misturada.

Há muitos anos, quando o Weffort trabalhava comigo na Cepal – aliás, eu estava na Inglaterra nessa época –, eu escrevi um artigo sobre o pensamento econômico da América Latina, sobre a Cepal, sobre o Raúl Prebisch, que se chamava “A originalidade da cópia”, porque tudo o que nós fizemos foi uma cópia, mas é original. Tinha uma matriz, que não feita por nós, mas nós mudamos a matriz. O Brasil é um pouco isso. É uma cópia muito original. É cópia da África, é cópia da Europa e começa a ser cópia da Ásia, em muitas coisas. Aqui temos Tomie Ohtake. Há uma porção de cópias aqui, mas tudo original.

Então, isso tem que ser mantido, tem que ser preservado como uma grande força de integração do nosso povo, de integração nacional, nesse sentido. E o que nós estamos fazendo é apenas dar um empurrãozinho a mais. De qualquer maneira, se estivermos com a visão correta, se estivermos juntos, vamos dar outros empurrões.

Agora, infelizmente, não sei cantar, não sei dançar, não sei representar. Eu não posso participar diretamente disso. A única coisa que eu podia fazer eram umas análises um pouco cansativas e, às vezes, até meio eruditas ou pseudo-eruditas. Não sei se nem isso mais eu posso. De modo que o bastão está com vocês. Vão em frente!

Muito obrigado.